



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41

**57ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional
do Meio Ambiente, Conama.**

**Brasília/DF.
09 de Outubro de 2018.**

*(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia*

42

43 **O SR. EDSON DUARTE (Ministro do Estado do Meio Ambiente)** – Bom dia a
44 todos e a todas. Com o registro de quórum já garantido e verificado. Então, vamos
45 dar início à nossa Reunião Extraordinária do Conama. Eu quero cumprimentá-los
46 cumprimentando os meus colegas de Ministério, aqui na pessoa do Deusdará, da
47 Sueli, mas quero cumprimentar todos os nossos técnicos servidores. Quero
48 cumprimentar a Adriana, cumprimentando todos que têm se dedicado à
49 organização deste Conselho. Conselheiros do Conama, eu quero cumprimentar os
50 representantes dos Governos Estaduais, Organizações Não Governamentais,
51 técnicos, especialistas, setor produtivo, Confederação Nacional da Indústria, eu
52 cumprimento todas as representações aqui presentes. E dizer que este Conselho,
53 este grande parlamento ambiental do País, o País que tem um papel estratégico e
54 importante diante do mundo, diante de desafios ambientais, globais, climáticos
55 que nós estamos assistindo, faz do País um ator importante, eu diria talvez o mais
56 importante nesse cenário internacional, diante desse debate novo que se desenha
57 e se consolida no mundo, em todas as áreas e em todas as dimensões, este
58 Conselho, a instância máxima da política ambiental brasileira, por isso o meu
59 orgulho e a minha satisfação de estar aqui presente, participando, fazendo
60 solenemente essa abertura. A política ambiental nesse período eleitoral importante
61 que nós estamos vivendo, depois de tantos acontecimentos na vida pública do
62 País, nós estamos passando por uma eleição geral. E uma eleição marcada
63 notadamente pelo “não”, pelo ódio, pela rejeição e muito pouco por aquilo que se
64 pretende fazer daqui para frente. Na política ambiental, até agora o que eu ouvi é
65 “não” e não “sim”. O que eu tenho visto tem sido um ataque aos órgãos que de
66 forma heroica, através dos seus servidores que muitas vezes, colocando as suas
67 vidas em risco, têm combatido o crime organizado que tenta se apropriar das
68 floretas brasileiras. E esses servidores têm se dedicado, e aqui eu quero fazer
69 uma homenagem a todos eles. E quando atentam contra os órgãos ambientais, eu
70 faço sempre e fico aqui imaginando que é a mesma coisa de atentar contra a
71 Polícia Rodoviária porque está tirando das estradas aqueles que estão dirigindo
72 sem habilitação, sem autorização e com veículo totalmente ilegal. Essa inversão
73 na ordem das ações e no combate do que precisa ser feito, me preocupa muito.
74 Nós temos um setor produtivo brasileiro importante e estratégico para o país, em
75 todas as áreas: o setor industrial, o setor rural. E nós temos um diferencial no
76 Brasil que nenhum outro lugar do mundo tem, o que vai fazer num curto espaço de
77 tempo do País o mais competitivo comercialmente porque nós temos a dimensão
78 e o ativo ambiental que nenhuma outra nação do mundo tem. Nós podemos ser o
79 grande produtor de alimentos e ao mesmo tempo proteger florestas, rios, uma rica
80 biodiversidade. 20% da biodiversidade conhecida do planeta está no nosso
81 território, mas isso me parece que não foi percebido na sua totalidade. Eu como
82 Ministro do Meio Ambiente, quando eu falo e quando eu estou aqui dizendo essas
83 coisas o quanto o ativo ambiental é importante para ambiente de negócios como
84 diferencial competitivo, como um carimbo no mercado que está mudando, para
85 consumidores que estão dando sinais claros de que estarão sendo cada vez mais
86 seletivos, eu fico me perguntando: “É preciso voltar a dizer isso? É preciso
87 continuar ainda dizendo isso? Algo tão óbvio.” Isso me preocupa nessa eleição.

88 Mas o importante é que a eleição é o eleitor que decidindo e fazendo a sua opção.
89 E como em todo regime democrático, o povo é soberano e ele está decidindo o
90 seu caminho. E vai decidir lá no dia 28. Decidiu agora a formatação do Congresso
91 Nacional. Boa parte dos Governos Estaduais e a Assembleia Legislativa e teremos
92 a conclusão do processo eleitoral, um país gigante como o nosso, uma eleição
93 relativamente tranquila para esse nível de confronto que nós estabelecemos. Nós
94 temos ainda grandes desafios. Eu tenho dito aos meus colegas de Ministério e aos
95 nossos parceiros, que nós trabalhemos até o dia 31 com toda a intensidade como
96 se estivéssemos iniciando o Governo, porque temos muita a entregar. Há muito o
97 que se fazer. Temos feito bastante diante daquilo que é possível nas relações
98 políticas, conjunturais, estruturais com toda ordem de dificuldade que possam
99 imaginar, mas temos tido o apoio, o sinal verde do Presidente da República, que
100 eu quero aqui reconhecer todo o apoio que tem dado a todas as nossas iniciativas.
101 E aqui rapidamente, se me permitirem, temos uma posição internacional em
102 relação às mudanças climáticas. Esse final de semana foi concluído e aprovado o
103 relatório do IPCC, o preocupante relatório do Painel Intergovernamental de
104 Mudanças Climáticas que colocam desafios para além dos compromissos
105 assumidos voluntariamente por cada Nação, em um momento delicado da
106 conjuntura internacional, quando os países fraquejam diante dos seus
107 compromissos, a contribuição brasileira tem sido uma contribuição extremamente
108 importante, ousada, desafiadora, mas com sinal forte para o mundo. Mas não
109 basta apenas o sinal brasileiro, embora o sinal brasileiro tenha forte repercussão,
110 não só na região, e isso eu reafirmarei amanhã porque amanhã estarei reunido
111 com os Ministros, todos os Ministérios do Meio Ambiente da América Latina e do
112 Caribe, reafirmando a nossa posição regional que, aliás, é uma coisa que eu tenho
113 defendido sempre: o Brasil tem que falar pela região. O Brasil é a grande voz da
114 região. E nós temos uma visão ou tivemos sempre aquela visão de falar pelo
115 Brasil. Não. Nós temos que liderar essa região. E é esse o direcionamento político
116 que nós temos dado. Amanhã é um importante encontro lá em Buenos Aires. Nós
117 temos trabalhado aqui no combate ao desmatamento. E esse combate ao
118 desmatamento dos nossos biomas, com aquilo que nós estamos retirando,
119 deixando de emitir com o que nós estamos retirando da atmosfera faz do País,
120 individualmente, o maior colaborador na retirada de gás de efeito estufa da
121 atmosfera. Nesses 2 anos nós retiramos, os nossos cálculos, incluindo dados do
122 CAR e mesmo com análises muito modestas, nós retiramos 2,6 bilhões de
123 toneladas de CO2 da atmosfera, nesses 2 anos, o que equivale, eu tenho
124 repetido, as contribuições anuais das 5 maiores potências da Europa. Então, é
125 uma contribuição significativa. Tem uma discussão de base de cálculo: “Não, um
126 pouco mais. Um pouco mesmo.” Não importa. Mesmo com essa discussão, o
127 Brasil ainda lidera a discussão sobre retirada de emissões... E olha que o que nós
128 fizemos é modesto diante daquilo que nós podemos fazer, porque basicamente
129 nós atuamos contra o crime organizado. Nós, em nenhum momento, criamos
130 qualquer dificuldade com o setor produtivo legal. Aquele que anda com
131 habilitação, com os documentos do seu carro em dia não têm porquê temer a
132 fiscalização. Nós atuamos foi contra o crime organizado, com toda dificuldade e
133 muitas vezes sozinhos. E quando a imprensa vem: “ah, porque aumentou,

134 diminuiu”, Ministério do Meio Ambiente porque não vão perguntar a todos, a
135 começar pelos Governos Estaduais, setor produtivo, a todos, porque combater o
136 crime ambiental não tem que ser coisa só de Ibama, ICMBio e Ministério do Meio
137 Ambiente. É nossa missão, nossa responsabilidades, mas tem que ser o
138 movimento de todos os brasileiros. Porque isso ajuda a toda a economia
139 brasileira, ajuda na imagem do País, ajuda no nosso Comércio Exterior. Quem
140 comete o crime, como tem cometido com as florestas, usa trabalho escravo,
141 explora mão-de-obra, não gera R\$ 1,00 de dividendo de impostos. Atividade 100%
142 ilegal. Esses nós temos que continuar combatendo. Nós temos garantindo
143 transparência em todas as nossas atividades, diálogo e transparência. O diálogo é
144 importante e eu quero fazer esse apelo que a gente continue sempre defendendo o
145 diálogo como base fundamental para tudo que nós queremos fazer. Eu quero aqui,
146 inclusive agradecer a extraordinária relação com a Abema e a Anamma, dois
147 grandes parceiros na implementação da política ambiental brasileira. Mas,
148 também eu quero agradecer contribuição crítica, vigilante, importante e estratégica
149 do movimento ambiental, particularmente aqueles que estão no CNEA aqui
150 representados e do setor produtivo. Na transparência nós acabamos de lançar,
151 por Portaria, uma plataforma colocando todos os projetos oriundos de recursos
152 externos, seja por doação ou por financiamento, mas de cinco bilhões de reais
153 foram mobilizados nesses últimos anos para projetos ambientais no Brasil. O
154 Ministério do Meio Ambiente é o que mais arrecada recurso de todos os
155 Ministérios para o País. Nós somos um Ministério que traz resultados, traz
156 recursos para os mais diferencio projetos, seja do Fundo Clima, Fundo Amazônia
157 ou dos diversos acordos. Pois bem, todos os projetos podem ser acompanhados
158 por qualquer cidadão desde a sua execução fiscal e financeira. Está no Portal da
159 Transparência. O Ministério do Meio Ambiente, aliás, tem sido elogiado pela forma
160 transparente de todas as suas bases de dados que estão sendo colocados para
161 que a sociedade possa acompanhar, o Plano de Integridade, o DOF que a Sueli,
162 aliás, o Ibama já tem mais de 17 plataformas disponíveis para acompanhamento,
163 e até o final do ano a ideia é 100%. O DOF, aliás, há 10 anos que se reivindicava
164 acesso aos dados do DOF, o acompanhamento, pois bem, agora é público, é
165 transparente. Nós ampliamos e vamos continuar ampliando até o final do ano,
166 trabalhando para ampliar as nossas unidades de conservação, mas não basta
167 ampliar. As Unidades de Conservação têm cumprido um papel importante, basta
168 fazer uma análise muito rápida dos resultados nas regiões onde as unidades
169 foram implantadas. Mais do que isso, nós temos discutido é o que fazer dessas
170 unidades e como é que elas podem ser preservadas trazendo benefícios para as
171 comunidades locais, para os seus Municípios e Estados e para a União. E para
172 isso nós lançamos um conjunto de editais, 7 Unidades de Conservação Federal
173 para concessão de serviços públicos, para fomentar o turismo sustentável. Está aí
174 uma atividade econômica importante no País, o fomento, o fortalecimento do
175 turismo sustentável. Nós recebemos 10 milhões de turistas nas nossas Unidades
176 de Conservação por ano, é um número para lá de tímido quando se analisa os
177 números dos Estados Unidos com 320 milhões de turistas por ano, tendo o
178 potencial turístico que nós temos. Não tem nenhuma outra nação, posso dizer com
179 toda tranquilidade, que tenha os atrativos naturais que tem o Brasil, podendo gerar

180 emprego, renda e preservar o nosso patrimônio, porque quando você leva uma
181 atividade organizada e gente para dentro das unidades, de forma sustentável,
182 você tem gente ajudando a tomar conta e a fiscalizar. Tanto é que aquelas que
183 nós temos concessão, Foz, Tijuca, Fernando, estão preservadas, e Foz as onças
184 voltaram. Quem vai lá é tão satisfeito que volta e recomenda, não só pelo atrativo
185 natural, mas pela qualidade do atendimento. Dos 10 milhões de turista mais da
186 metade ficam nessas três porque têm concessão. Nós tínhamos um travamento
187 legal para fazer as concessões, não temos mais. Apresentamos um projeto,
188 aprovado no Congresso Nacional, sancionado pelo Presidente baseado, pois bem,
189 baseados nessa nova lei lançamos concessões para 7 unidades nossas e estão
190 andando rápido, uma fechamos essa semana um investimento de quase 8 milhões
191 de reais, que é o Pau Brasil, Parque Nacional do Pau Brasil em Porto Seguro. E o
192 Projeto Trilhas. O Brasil é extraordinário em trilhas, uma tendência das pessoas é
193 buscarem trilhas, é saudável, é um novo formato de turismo. Aliás, o mundo, em
194 vários lugares do mundo dão exemplo de atração turística de gente, inclusive do
195 Brasil lá. Nós estamos lançando um plataforma digital para as pessoas que
196 querem por região saber que trilha tem lá, como chegar, como se hospedar, quais
197 os contatos, enfim, toda a base para que ele possa chegar lá. E estamos
198 assinando nos próximos dias um programa Ministério do Meio Ambiente e
199 Ministério do Turismo, de fortalecimento das trilhas como instrumento de
200 fortalecimento do turismo sustentável no Brasil. Concessão florestal, nós estamos
201 lançando um conjunto de medidas para as áreas não destinadas da Amazônia.
202 Nós temos hoje constituído até, então, 1 milhão e 300... 500, 1 milhão e 500 mil
203 hectares de áreas de floresta do estado da concessão florestal. Pois bem, nós
204 estamos trabalhando para lançar o edital para 1 milhão e 300 mil hectares, ou
205 seja, praticamente 100% para concessão. Que são áreas não destinadas, as
206 áreas que foram destinadas à concessão dentro de Unidades de Conservação,
207 que, aliás, 1 milhão e 300, 100% dentro de Unidades de Conservação, o que nós
208 estamos fazendo agora é dentro de área não destinadas. Sabe qual o futuro
209 dessas áreas não destinadas? A invasão, como tem ocorrido na Amazônia e com
210 várias outras áreas, se nós não dermos urgentemente uma destinação para essas
211 áreas elas serão invadidas e aqueles áreas serão futuramente consolidadas com
212 povoamento humano. Então, se nós dermos concessão para um mercado
213 importante e estratégico do Brasil, no primeiro bimestre desse ano foram
214 negociados 1,7 bilhões de dólares de produtos de origem florestal. Daquilo que foi
215 exportado. É uma atividade importante para a balança comercial a atividade
216 florestal. Mas sabe qual é o problema lá fora para comprar madeira do Brasil, que
217 é o que me perguntou a Ministra da Bélgica? “Eu tenho segurança em comprar
218 produtos florestais do Brasil”? Eu disse: “tem, senhora. Tem. Tem”. Tem porque
219 nós estamos sendo rígidos, e agora com o Sinaflor nós vamos dar um duro golpe
220 no comércio de madeira ilegal no Brasil e vamos fomentar um comércio legal,
221 necessário e importante para a nossa economia. E para garantir áreas destinando
222 madeira de forma legal é que nós estamos lançando as bases de um edital, num
223 movimento nosso com o Ministério do Planejamento, mas com a colaboração
224 decisiva dos técnicos dedicados, sob a liderança do Deusdará, do pessoal do
225 Serviço Florestal, nós estaremos lançando até o final do ano as bases legais para

226 a concessão florestal. Energia renovável. Nós lançamos um edital de
227 financiamento agora. Nós fizemos uma parceria muito importante, forte com o
228 Ministério de Minas e Energia e com o BNDES, nós imobilizamos recursos na
229 casa dos 2 bilhões de reais que estão destinados à linhas de créditos do BNDES,
230 via bancos, diversos bancos oficiais para financiamento de energias renovável,
231 sobretudo, eólica e fotovoltaica. No caso de fotovoltaica a diferenciação que agora
232 pode ser também para pessoa física e não mais jurídica como antes. Há juros e aí
233 parte desses recursos são do Fundo Clima. A 4%/ano de juros. Isso nós temos
234 certeza que vamos fomentar uma economia de escala fazendo com que esse
235 setor destrave no Brasil, com um potencial gigantesco que nós temos no Brasil
236 para essa atividade. Vamos fomentar uma economia nova. O CAR, o CRA e o
237 PRAS estamos avançando, queremos consolidar, estamos consolidando.
238 Queremos não, já consolidamos o CAR. Prorrogação, prorrogar o que está
239 consolidado, está consolidado. O que nós temos feito com diversas instituições é:
240 os dados estão aí, são públicos, podem consultar quem tem CAR e quem não tem
241 CAR. Precisamos agora é lançar o olhar para PRA e aí Abema, Governos
242 Estaduais, precisamos estar juntos na implementação do PRA. O CRA nós
243 preparamos um regulamento garantindo o funcionamento do CRA que sairá via
244 decreto presidencial, que já está pronto e está em fase final de negociação. Nós
245 treinamos já 300 técnicos e nós estamos finalizando esse mês a implantação
246 assistida do módulo de análise do Sicar, faltando agora os últimos Estados,
247 Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará, que a gente deve estar fechando. Gente,
248 eu queria pedir desculpas por ter tratado de vários temas e ter me alongado tanto,
249 mas me sinto no dever de trazer algumas informações que são algumas das
250 muitas ações do que nós estamos tocando nesse período agora, porque é um
251 período eleitoral, mas nós estamos aproveitando para intensificar todas as nossas
252 ações na implementação de uma política de desenvolvimento sustentável no
253 Brasil. A nossa atuação, quando nós atuamos, é exatamente para favorecer os
254 que atuam na legalidade, a pior coisa para um País é quando o ilegal pode atuar
255 comprometendo a atividade legal, que paga os seus impostos, atua com todos os
256 seus compromissos, mas o ilegal mina a atividade legal, a nossa atuação é para
257 tirar do mercado o que é ilegal. Nós queremos as atividades legais gerando
258 emprego em um País com uma vocação para o desenvolvimento sustentável, que
259 não tem nada no mundo que possa se igualar. Então, esse movimento tem que
260 ser o movimento de todos os brasileiros. Eu quero aqui finalizando agradecer a
261 contribuição de todos, a parceria que temos tido, e neste Conselho, neste
262 parlamento ambiental que é o Conama, nós vamos intensificar os nossos
263 trabalhos até a última ordinária, se for preciso convocar mais uma, nós vamos
264 convocar. Nós queremos que o Conama entregue ao máximo o que tiver, que tiver
265 sob a sua responsabilidade até a última ordinária deste ano. Mas precisamos
266 avançar. Precisamos entregar ao novo Governo todas as bases e
267 encaminhamentos de um País que se redesenhou, se fortaleceu, retomou a sua
268 autoridade mundial na área ambiental e criou as bases para que o próximo
269 Governo possa tocar um desenvolvimento seguro do ponto de vista econômico,
270 mas também do ponto de vista social e ambiental. Eu quero, então, dessa forma,
271 passar então para a Adriana. É isso? Para fazer a apresentação dos novos

272 Conselheiros. E a gente continua. Só dizendo que essa por ser extraordinária não
273 teria regimentalmente a necessidade do Tribuna Livre, mas eu disse: “não, o
274 importante é a gente ter a oportunidade de ouvir aqueles que querem trazer a sua
275 mensagem, trazer informações, enfim, debater e discutir”. Então, vai ter a tribuna e
276 eu peço, porque eu acho que é um momento, um dos mais ricos aqui do Conama,
277 tem sido exatamente a Tribuna Livre. Obrigado, gente.

278

279

280 *(Palmas!)*

281

282

283 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Obrigada,
284 Ministro. Bom dia a todos. Alguns novos Conselheiros, se alguém estiver presente,
285 a gente pede que se levante para que todos possam conhecê-los. Pelo Ministério
286 das Cidades, nós temos Danilo Ferreira Gomes. Bom dia, bem- vindo. Ministério
287 da Justiça, são 2, Valdomiro Alexandre Gadelha Júnior, e Rodrigo Souza Caetano
288 Soares. Pelo Governo de Goiás, Gustavo Henrique Soares. Bem-vindo. Pelo
289 Governo do Tocantins, Marcelo Falcão também Soares, não está aqui. Anamma
290 Centro-Oeste, Adriano Montovani de Oliveira. E Confederação Nacional dos
291 Municípios, Sofia Araújo Zagalo. Bem-vindos. Esses são os novos Conselheiros. A
292 gente sempre pede que coloque uma fotinha, que nos mande uma foto porque a
293 gente coloca no site, isso facilito muito o conhecimento de uns com os outros.
294 Dando sequência, Ministro, passaria para o Deusdará. Seria isso?

295

296

297 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom dia,
298 senhoras e senhores. Como o Ministro bem colocou, apesar de não ser praxe
299 desse Conselho nós termos tribuna livre nas reuniões extraordinárias, nós temos
300 aberto aqui, fizemos um apanhado inicial e temos a inscrição do companheiro
301 Francisco Soares, da Furpa, a Lisiane, pela Mira Serra, o Daniel Barreto, pelo
302 Grupo Ecológico do Rio das Contas, o Dr. Carlos Bocuhy, pela PROAM e Claudio
303 Scali, pela Anamma Sudeste. Você me desculpa. Então, temos a Elisa, do GDF.
304 Mais algum inscrito? Então, desculpa? Montezuma... Desculpa. Lembrando os
305 senhores que nós temos uma pauta extremamente importante e robusta para ser
306 discutida no dia de hoje. Algumas emendas especialmente na área, na Resolução
307 que trata do manejo de fauna. Então, pediria, como sempre, a gentileza dos
308 senhores Conselheiros e Conselheiras que fossem objetivos no uso da tribuna
309 livre. Então, pela ordem Francisco Soares, Furpa.

310

311

312 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bom dia a todos. Eu
313 quero cumprimentar o Ministério Edson Duarte, que tem conduzido o Ministério até
314 a presente data, com encaminhamento das proposta que a gente tinha em
315 andamento. A Sueli, como Presidente do Ibama. Os nossos companheiros e
316 Conselheiros, os representantes da Anamma e da Abema aqui presentes. E dizer
317 ao senhor Ministro que o Brasil além de ser um País muito forte é formado por

318 pessoas de muita competência. E a área ambiental do Brasil ela tem uma
319 repercussão internacional, e nós temos todos aqui a grande responsabilidade
320 porque nós estamos no momento de uma transição de Governo que nós não
321 sabemos, no momento, como seria a política ambiental do País. Por isso que eu,
322 senhor Ministro, eu quero começar lhe solicitar de Vossa Excelência que se crie
323 uma Comissão, agora é a hora de se pensar numa transição da Política Nacional
324 do Meio Ambiente. Que se crie uma Comissão para começar a fazer a revisão do
325 Regimento Interno do Conama, para verificar aquelas leis que estão precisando de
326 serem reformuladas, e também, nessa reforma do Regimento Interno a nossa
327 sugestão é que seja indicado um representante de cada segmento, sob a
328 coordenação da Conjur, da Coordenação Jurídica do Ministério, para fazer isso,
329 podendo ser feita em 30, 45 dias. E Vossa Excelência convocar uma reunião
330 extraordinária para deixar o Regimento, resgatar aquelas prerrogativas que a
331 sociedade tinha para conduzir e cobrar. E dizer que precisamos, sem dúvida, que
332 nessa reforma tenha um representante dos Movimentos dos Atingidos por
333 Barragens, que a Barragem de Mariana está aí como exemplo de que nenhuma
334 solução ainda foi concluída e está aí a mercê de sua representação. Uma
335 representante do Comitê de Bacias Hidrográficas, que nós não sabemos como vai
336 ficar a política, e um representante da OAB, por exemplo. O Conama nós
337 sabemos que é a única fronteira de luta da sociedade, precisa ficar fortalecido
338 para qualquer Governo que venha a assumir esse País, não só a defesa da
339 Amazônia, da nossa biodiversidade, como de todo o patrimônio genético
340 brasileiro. O que nós precisamos, acima de tudo, é garantir que o Conama sempre
341 foi e sempre será a última fronteira de luta, sobreviveu à Revolução de 64, e não é
342 agora que o Conama vai fechar as portas e deixar que a política ambiental do
343 Brasil fique à deriva, ou a qualquer imprevisto que possa acontecer. Então, senhor
344 Ministro, é a solicitação se criar essa Comissão, nós temos pouco tempo, estamos
345 na área de transição para que comece a verificar, sob a coordenação da Conjur do
346 Ministério do Meio Ambiente, principalmente começando com o Regimento
347 Interno. Hoje ninguém consegue mais, ninguém consegue mais apresentar uma
348 moção e nem nada, e tem outros atores que precisam estar presente nesse
349 Regimento. Vamos fazer isso para deixar esse legado para quem for assumir a
350 coordenação do Ministério do Meio Ambiente e o Brasil. Precisamos todos de um
351 esforço redobrado, tanto quanto Reunião Extraordinária for necessária, Senhor
352 Ministro, faça, para deixar isso organizado. E muito obrigado.

353

354

355 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
356 Francisco. Eu convido a conselheira Lisiane, da Mira Serra, para usar a palavra.
357 Em seguida nós teríamos o Daniel Barreto, do Grupo Ecológico Rio das Contas.

358

359

360 **A SR^a. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Bom dia a todos e a todas. A
361 minha fala vai se iniciar, como sempre, pela Lei de Mata Atlântica, que como bem
362 no início falou nós temos que empreender até o último momento os nosso
363 esforços em relação à implementação da lei criada, no fundo criado pela Lei da

364 Mata Atlântica. Então, 2006 foi ano de criação do Fundo de Restauração do Bioma
365 Mata Atlântica e n'ós estamos em 2018 e até hoje não foi implementado. Então, é
366 lastimável porque os Municípios, além de toda a biodiversidade, mas os
367 Municípios deixam de receber o incentivo para que façam os seus Planos de Mata
368 Atlântica, e que possam efetivamente implementá-los também. quanto as
369 Unidades de Conservação, bem como falou o Ministro sobre concessões de uso
370 público, nós até tivemos oportunidade de dar uma entrevista aqui no Jornal de
371 Brasília e, embora tenha sede como um viés totalmente diferente do que nós
372 falamos, nós não somos contra, mas temos um receio de que seja aplicado de
373 uma maneira um pouco equivocada como nós estamos tendo exemplos no Rio
374 Grande do Sul. Então, lamentavelmente nós tivemos que entrar com ações na
375 Justiça em relação ao uso um pouco inapropriado dessas Unidades de
376 Conservação. Claro que o turismo é interessante, muito interessante. É o melhor
377 aspecto para aproveitar na natureza de uma forma sustentável, e que leve o
378 conhecimento das comunidades e também traga a comunidade para auxiliar
379 nessa proteção. Então, totalmente favorável. Nós só temos que cuidar um pouco
380 com o modo como essas concessões vão ser utilizadas e como elas vão se refletir
381 de uma maneira mais futura sobre essa própria manutenção da biodiversidade.
382 Nós tivemos o uso de jipes, teste drive de Parques Nacionais, estão querendo
383 liberar banhos em lugares que têm esponjas endêmicas. Então, são coisas assim
384 que nós temos que ficar um pouquinho mais atentos nesse uso público das
385 unidades públicas, porque é um bem público e a gestão é pública. Então, têm
386 várias maneiras de nós podermos aproximar a comunidade, para proteger sim,
387 porque a comunidade protege, ela cuida do seu patrimônio. É isso sim que nós
388 temos que incentivar. Então, parabéns também pela sua maneira de conduzir a
389 proteção das Unidades de Conservação, mas um pouco mais só de atenção,
390 inclusive para o entorno, nos Municípios onde há, por exemplo, queimadas. Nós
391 agora tivemos a notícia de um Decreto Municipal para estender as queimadas até
392 30 de outubro no mesmo Município onde estão Unidades de Conservação
393 Federais. Nós sabemos que têm aves migratórias que estão se dirigindo, o próprio
394 ICMBio tem uma publicação sobre isso, aves migratórias estão indo para lá, nós
395 temos plena identificação agora e também a reprodução de mamíferos repteis, e
396 estamos diante de uma prorrogação de queima de campos no entorno das
397 Unidades de Conservação que nós queremos proteger e fazer concessões para
398 atrair um público, com queimada ninguém vai. Obrigada.

399
400

401 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
402 Conselheira. Eu peço gentileza novamente aos senhores Conselheiros que que
403 fiquem atentos ao tempo. Está inscrito o Daniel Barreto e em seguida o Bocuhy,
404 pela PROAM. Por favor.

405
406

407 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (GERC)** – Bom dia a todos e a todas. Daniel
408 Barreto, GERC. Na última reunião ordinária tinha um dos pontos de pauta, eu
409 estou representando esse Conselho no Consea, no Conselho de Segurança

410 Alimentar e Nutricional, e eu tinha pedido para colocar na pauta da última reunião
411 um informe sobre o que está sendo discutido no Consea para trazer para os
412 Conselheiros daqui, para ter essa informação, já que fui escolhido para
413 representar esse Conselho naquele outro Conselho. Como eu não pude estar
414 presente na outra reunião, só fazer um informe rápido do que a gente discutiu nas
415 três últimas reuniões do Consea. E assim, e falar sim que é muito importante
416 participar daquele Conselho, que é um Conselho, assim, um pouco diferente dos
417 outros demais, apesar dele ser só consultivo. A gente está lá somente como
418 convidado, 60% dele é composto de sociedade civil e os outros 40% é composto
419 por Governos, e as discussões lá são muito ricas. Na 7ª Reunião a gente tratou da
420 regulação sanitária para inclusão produtiva na perspectiva da soberana soberania
421 da segurança alimentar e nutricional no Brasil, levando algumas diretrizes para a
422 Presidência da República nesse sentido, e também na questão do direito humano
423 à alimentação adequada em relação à qualidade e o risco dos alimentos, que é
424 uma preocupação tanto por parte do Governo como também por parte da
425 sociedade civil, na qualidade dos alimentos, principalmente o que está chegando
426 na merenda escolar dos colégios por esse Brasil todo. Também tratamos da
427 complexidade do sistema regulatório no Brasil, com um enfoque na
428 regulamentação sanitária alimentar. Na 8ª Reunião Ordinária, a gente tratou
429 principalmente dos contaminantes de alimentação. E confesso para vocês, dá até
430 medo de comer algumas coisas quando a gente ouve a fala dos técnicos da
431 Anvisa, e de outros órgãos de Governo, o que está sendo colocado, a quantidade
432 de, principalmente, de... Como é que chama aquilo lá? Antibiótico, colocado
433 principalmente em frango, para crescer frango, é assustador pensar em comer
434 frango. Também se tratou muito da questão da pobreza e desigualdade no Brasil.
435 E tivemos uma mesa na 8ª Reunião que tratou da conjuntura das políticas
436 públicas de segurança alimentar e nutricional, assistência social e saúde, e o
437 papel da participação e do controle social, onde vários Conselhos estavam lá
438 representados também como convidados. Como o de Assistência Social, de
439 Saúde, de Direitos Humanos, o próprio Consea. Então, e o Conama estava lá
440 representado por mim, aonde eu fiz uma fala ressaltando a importância do diálogo
441 entre todos esses Conselhos, resgatando até um Fórum Interconselhos que havia
442 antigamente para discutir o PPA, que seria importante a reinclusão. E por fim, na
443 9ª Reunião, foi muito importante porque a gente foi apresentado naquele Conselho
444 o Atlas do Agronegócio, que mostra a situação que está o agronegócio hoje no
445 Brasil. Em contraponto, a CNA também apresentou àquele Conselho as diretrizes
446 para os candidatos ao Governo por parte da CNA, que também passa a ser
447 preocupante quando a gente analisa o documento e vê o que eles pensam, como
448 o maior desmatamento de Cerrado, o consumo de água do Cerrado,
449 principalmente na região do Matopiba, que chega a ser em preocupante. E
450 tivemos uma mesa redonda para tratar especialmente um Grupo de Trabalho,
451 perdão, da promoção do acesso universal da água, a qualidade em quantidade
452 suficiente com prioridades para as famílias em situação de insegurança hídrica,
453 para produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura. Essa
454 mesa foi muito rica, há uma participação do pessoal da Amazônia que tem
455 problema, pessoal principalmente da Caatinga e alguns grupos que vivem conflitos

456 intensos pela questão de água. Então assim, eu só queria ressaltar a importância
457 mesmo de estar participando daquele Conselho e fazendo esse link da
458 importância de se aproximar mais, Ministro, desses Conselhos, desses outros
459 Conselhos, uma vez que a questão ambiental ela é transversal dentro de todos.
460 Então, se faz muito importante e estar lá e até mesmo procurar se aproximar de
461 outros Conselhos de Políticas Pública. Eu queria agradecer a todos.

462

463

464 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
465 Daniel. Eu sei da importância da sua participação e o Conama se coloca à
466 participação. Se você eventualmente tiver um informe escrito, Daniel, a gente
467 pode colocar na página do Conama com mais detalhes, dado o adiantado da hora.
468 Nós temos aqui inscrito o Dr. Carlos Bocuhy, em seguida ao Cláudio Scali, da
469 Anamma Sudeste.

470

471

472 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Bom
473 dia a todos. Eu acho que a fala do Francisco Soares contemplou a minha no
474 sentido da necessidade de uma revisão do Regimento Interno. Nós temos várias
475 lacunas no Regimento Interno que precisam ser sanadas e esse Regimento tem
476 que avançar também. E gostaria, Senhor Ministro, de aproveitar sua presença
477 aqui para me referir com relação às salvaguardas que os bancos do Brasil e
478 internacionais têm para a questão ambiental. Os bancos normalmente contam o
479 arcabouço de medidas éticas que orientam os seus investimentos e nós estamos
480 diante de um fato bastante preocupante que é o aporte para o Brasil, para a
481 Região Amazônica de investimentos provenientes de paraísos fiscais para a
482 devastação da Amazônia. É uma questão bastante rentável e não há digitais para
483 responsabilização desses investimentos. Então, é necessário que o Brasil faça
484 uma discussão imediata sobre o aporte de recursos internacionais provenientes de
485 paraísos fiscais, financiando devastação ambiental. Só para os senhores terem
486 uma ideia os levantamentos que nós fizemos de forma preliminar com o pessoal
487 da Holanda, da Suécia e dos Estados Unidos, demonstram que 70% dos barcos
488 pesqueiros ilegais, conhecidos, são financiados por dinheiro de paraísos fiscais. E
489 para a Amazônia existe um dado do Banco Central de 2011 que dá conta de que
490 65% da degradação ambiental financiada no territorial da Região Amazônica foi
491 proveniente de paraísos fiscais. Então, é preciso que em função dessa origem nós
492 tenhamos salvaguardas no Brasil do Banco Central, do Ministério Público Federal,
493 para conter esse tipo de iniciava que não tem preocupação ética, que não tem
494 preocupação ambiental, só se preocupa realmente com o lucro porque é um
495 dinheiro à Pátria e é um dinheiro que não tem nenhuma responsabilidade
496 socioambiental. Seria essa colocação. Obrigado.

497

498

499 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – obrigado, Dr.
500 Bocuhy. Nós temos aí, então, em seguida o Conselheiro Cláudio Scali, da
501 Anamma Sudeste, seguido pela Conselheira Elisa, do GDF.

502 **O SR. CLÁUDIO SCALI (Anamma Sudeste)** – Bom dia a todos e a todas. Eu
503 queria cumprimentar a mesa em nome do nosso Ministro. Na semana, na reunião
504 da Conama anterior eu fiz, ocupei aqui essa Plenária para discutir a questão de
505 alguns Estados não estarem regulamentando a Lei Complementar 140 com a
506 questão do licenciamento ambiental, da municipalização, tirando a atribuição do
507 Município. Como até o Ministério falou na sua fala, a questão da fiscalização não é
508 só atribuição do Ibama, acho que é atribuição de todos os entes federativos. E a
509 140 é clara nisso, não só na questão da fiscalização quanto na questão do
510 licenciamento ambiental. E nós estávamos com uma proposta de fazer uma
511 regulamentação da 140 através do Conama, mas em conversa com alguns
512 Estados conseguimos avanços, e isso em vários Estados, e eu acho não ser mais
513 necessário a revisão através do Conama. Em especial no Governo do Estado de
514 São Paulo, através do seu Secretário Eduardo Trane, que fez um excelente
515 trabalho lá junto com a Anamma Estadual e Nacional, e agora no dia 17, na
516 reunião do Conselho será apreciado essa regulamentação. Então, eu queria aqui
517 parabenizar o trabalho do Eduardo Trani na Secretária do Estado de São Paulo. E
518 paralelamente parabenizar o trabalho da Sueli, no Ibama, que tem feito um
519 trabalho muito grande junto com o nosso orma presidente da Anamma, o Rogério,
520 na questão da taxa de controle de fiscalização que tem tudo a ver com a questão
521 da fiscalização, porque o Município ele precisa ter autonomia da fiscalização e a
522 taxa, e a Sueli tem sido um trabalho histórico dela nesse sentido, de estar fazendo
523 essa distribuição, essa descentralização tanto da taxa e agora a questão da
524 regulamentação da 140. Mais uma vez parabéns ao trabalho do Eduardo e da
525 Sueli, Ministro, o senhor tem uma grande presidente do Ibama aí, apesar das
526 críticas infundadas de alguns candidatos.

527

528

529 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
530 Cláudio. Eu encerro a palavra livre com a Elisa e eu vou pedir a gentileza aos
531 senhores Conselheiros e Conselheiras para permitir que o Dr. Montezuma, do
532 Conselho Federal de Medicina Veterinária possa fazer um pronunciamento,
533 apesar de ele não ser Conselheiro, mas dentro do espírito cordial, elegante e
534 democrático desse Conselho, eu vou ceder em meu nome a palavra. Peço que
535 seja bem rápido, por favor. Elisa, GDF, por gentileza.

536

537

538 **A SRª. ELISA (GDF)** – Bom dia Ministro. Bom dia à mesa. Bom dia Conselheiros.
539 Na última reunião do Conama, o representante dos Catadores de Materiais
540 Recicláveis colocou que Distrito Federal não tem feito nada com relação à Política
541 Nacional de Resíduos Sólidos. E eu venho trazer os informes com as ações que o
542 Governo tem feito aí desde 2015. 2015 foi montado um Grupo de Trabalho com 17
543 órgãos do Distrito Federal, esses órgãos trabalharam com um projeto para
544 desativação do aterro sanitário. Nesse projeto foi aportado recursos em torno de
545 150 milhões, tanto para tratar a questão de retirar o catador do lixão, daquela
546 forma que ele vinha trabalhando há muitos anos, para transferir esses catadores
547 de materiais recicláveis para o centro de triagem. Então, hoje no Distrito Federal

548 tem um centro de triagem já funcionando no P Sul, com 3 cooperativas de
549 catadores, e mais 2 centros de triagem estão sendo construídos com recursos do
550 BNDES, devem ser entregues até abril do próximo ano. A Secretaria de Meio
551 Ambiente aportou recursos do JEF Cerrado para fazer os estudos de remediação
552 do aterro, do antigo lixão. Esses estudos no diagnóstico nós vamos trabalhar com
553 as pumas de contaminação solo, água e ar, água subterrânea e água superficial, e
554 também trabalhar a questão de tecnologias para remediar aquela área. Então, vim
555 só trazer esse informe que o Governo tem trabalhado sim na questão da
556 implementação da Política Distrital de Resíduos Sólidos desde 2015, e que essas
557 informações elas não têm fundamento. Eu gostaria também, no relatório que nós
558 entregamos no mês passado ao BNDES informar que o aterro sanitário foram
559 gastos em torno de 32.000.000, aluguel de galpões de triagem para os catadores
560 6.600.000, contratação de catadores 15.000.000, complementação de renda
561 5.900.000, Bolsa Compensação Financeira para os catadores 18.600.000,
562 benefícios de vulnerabilidade para os catadores, em torno de 1.000.000, cestas
563 emergenciais 550.000 pagamento por serviços de 3.000.000 e pagamentos de
564 serviços coleta seletivas 3.800.00. Então, o Governo trabalhou para que as
565 cooperativas de catadores de materiais recicláveis fossem contratados pelo
566 Governo para prestar esse serviço hoje, e hoje nós temos 22 cooperativas com 28
567 contratos que estão trabalhando e fazendo a coleta seletiva no Distrito Federal.
568 Obrigada.

569

570

571 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigada, Elisa,
572 por gentileza, Dr. Montezuma, do Conselho Federal de Medicina. Veterinária.

573

574

575 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO BITES MONTEZUMA (Conselho Federal de**
576 **Medicina Veterinária-CFMV)** – Bom dia a todos. A preocupação do Conselho
577 Federal de Medicina Veterinária em relação ao tema que vai ser debatido hoje
578 aqui em relação ao manejo de fauna e dá principalmente em questão de saúde
579 pública. A nova gestão do Conselho Federal de Medicina Veterinária estabeleceu
580 uma série de condições técnicas, todas elas implementadas com profissionais
581 renomados, nas mais diversas áreas de atuação da Medicina Veterinária e da
582 Zootecnia, em especial o bem-estar animal, saúde pública, responsabilidade
583 técnica e já expressou formalmente a esse Conselho a preocupação no controle e
584 monitoramento de doenças zoonóticas dos animais silvestres. Essa proximidade
585 do manejo de fauna coloca, então, uma série de doenças zoonóticas do qual o
586 Conselho Federal de Medicina Veterinária vem produzindo um caderno técnico
587 dessas doenças zoonóticas, são inúmeras, mais de 40, tem tuberculose,
588 leishmaniose, leptospirose, raiva, uma série de doenças que efetivamente com a
589 proximidade do manejo dos animais, seja aquele manejo dos tratadores, seja dos
590 proprietários ou de qualquer um que faça contato com esses animais, eleva a uma
591 preocupação da disseminação dessas doenças para a população. E aí o Conselho
592 se coloca à disposição do Conama para assessorar o que é uma missão, inclusive

593 de atribuição legal do próprio Conselho Federal de Medicina Veterinária. Agradeço
594 a oportunidade pela palavra concedida. Muito obrigado.

595

596

597 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado,
598 Montezuma. Vou pedir ao excelentíssimo senhor Ministro Edson Duarte, ele
599 gostaria de fazer umas palavras, ele tem que se retirar para um compromisso. Por
600 gentileza.

601

602

603 **O SR. EDSON DUARTE (Ministro do Estado do Meio Ambiente)** – É isso. Só
604 apenas agradecer e dizer que eu vou precisar me retirar porque eu vou participar
605 de um outro evento agora, e nesse momento, mas dizer que nós estamos aqui sob
606 a proteção do Deusdará...

607

608

609 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Está com o
610 Deusdará, não está ao Deusdará, então...

611

612

613 *(Risos!)*

614

615

616 **O SR. EDSON DUARTE (Ministro do Estado do Meio Ambiente)** – Desejar boa
617 sorte na condução dos trabalhos. E muito obrigado pela oportunidade.

618

619

620 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
621 Ministro. Eu acabei pulando um ponto importante da pauta que é a aprovação da
622 transcrição da ata da reunião nº 130 de 23 de agosto de 2018. Algum Conselheiro
623 ou Conselheira tem alguma retificação, observação a fazer? Então, não havendo
624 manifestação está aprovada a ata da reunião nº 130 do Conama. Entramos no
625 momento da reunião, por gentileza, já vou inscrever o Bocuhy, que é
626 apresentação à mesa de pedido de inversão de pauta e retirada de matéria e
627 requerimento de urgência. Está inscrito Bocuhy pela PROAM. Por gentileza.

628

629

630 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Bom, o
631 motivo da minha intervenção é a solicitação, com base no art. 19 do Regimento
632 Interno do Conama, da retirada do ponto de pauta que é a revisão da Resolução
633 03/90. Nós estamos usando dessa prerrogativa numa última tentativa de
634 conciliação que algumas questões que são de extrema relevância para o
635 movimento ambiental, que tem sido também objeto de observação do Ministério
636 Público Federal. E nesse sentido nós gostaríamos de um pouco mais de tempo
637 para tentar uma possibilidade de criarmos uma norma efetivamente protetiva.
638 Essa a preocupação. Obrigado.

639 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado, Dr.
640 Bocuhy. Por gentileza, Dra. Zilda, Conselheira do Ministério do Meio Ambiente. Eu
641 queria convidar o Dr. Sidarta, o consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente,
642 para, por gentileza, compor a mesa. Obrigado, Sidarta.

643

644

645 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Bom dia a todos e todas. Na
646 qualidade de presidente da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de
647 Resíduos, eu venho com base no art. 19, do Regimento Interno, solicitar a retirada
648 de pauta da Resolução objeto do processo 02000002704/2010-22 para que
649 possamos propor alguns aperfeiçoamentos ao texto.

650

651

652 *(Palmas!).*

653

654

655 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.
656 Então, temos aí um pedido de retirada de pauta conjunto, Dr. Bocuhy pela
657 PROAM e a Dra. Zilda pelo Ministério do Meio Ambiente, pela CTQAGR. Muito
658 obrigado. Bom, então, vamos entrar na Ordem do Dia, nós temos a Resolução,
659 proposta de Resolução que trata do manejo de fauna. Define as categorias de
660 atividades ou empreendimentos e estabelece critérios gerais para a autorização
661 de uso e manejo em cativeiro da fauna silvestre e da fauna exótica. Como é de
662 praxe nesse Conselho a gente sempre coloca o texto base para ser aprovado ou
663 não, e aí nós entraríamos em um processo de avaliação de ementa a ementa,
664 apresentada pelo... Eu acho que... Não sei. Me parece que essa matéria tem um
665 nível de consenso muito elevado. Nós poderíamos tentar já colocar a aprovação
666 do texto base e o Cabral depois faz exposição. Então, os senhores, por gentileza,
667 nós estamos entrando em regime de votação, quem é favorável à aprovação do
668 texto base da Resolução de Manejo de Fauna, por favor, se pronuncie, por
669 gentileza. Quem é contrário? Quem se abstém? 2 abstenções. 3 abstenções.
670 Aprovado o texto base. E aí sim, Dra. Sueli, se a senhora me permite, a senhora
671 quer que o técnico do Ibama faça uma apresentação inicial, então, vou chamar o
672 Cabral, nosso colega.

673

674

675 **A SRª. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Ibama)** – Eu peço para o
676 Cabral fazer uma explanação dos ajustes que foram promovidos, inclusive em
677 amplo consenso aí com a Abema.

678

679

680 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Por
681 gentileza. E aí nós entraríamos ponto a ponto nas emendas, abrindo um processo
682 de defesa e um processo de discussão e aí colocaríamos aí em votação as
683 emendas ao texto base. Obrigado, Cabral.

684

685 **O SR. ROBERTO CABRAL BORGES (Ibama)** – Bom dia a todos. Bom dia à
686 mesa. Eu pediria, então, que a gente avançasse ali no texto da Resolução para
687 que todo mundo pudesse acompanhar, para o art. 2º e § 2º do art. 2º inicialmente.
688 No §2º do art. 2º é só uma questão de correção do que foi citado. Então, fica ali:
689 as atividades de empreendimentos previstos no artigos, aí inciso I, V, VII e IX.
690 Deverão manter comprovante de origem dos animais, subprodutos e produtos. Aí
691 é somente uma questão de correção. Deusdará, eu queria questionar se a
692 Plenária prefere ir ponto a ponto e aprovando, ou a gente apresenta e...

693

694

695 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Acho que seria
696 mais produtivo e já que o texto tem várias emendas, e o texto é longo, que a gente
697 fosse ponto a ponto. Na medida que você fizer a defesa da alteração e ela for, às
698 vezes, só de texto, de conteúdo, já negociada, já colocava em votação e ia
699 avançando no texto. Na hora que eventualmente houver um impasse maior a
700 gente abre um processo de discussão e aí vai aprovando. Só se eventualmente
701 houver contra. Então, Cabral, você fica com a gente aqui que aí você vai me
702 ajudando o processo na medida em que encaminhando. Então, já vou entrar em
703 Regimento de votação no primeiro ponto de pauta que é o §2º que, na verdade,
704 houve só a exclusão do inciso X. Então, me parece que isso não é motivo de
705 colocar em votação, que é um erro aterial que foi excluído, o item X: as atividades
706 e empreendimentos previstos no inciso I, V, VIII, IX deverão... Só fazer a ordem,
707 né? Deverão manter o comprovante de origem dos espécies, dos produtos e
708 subprodutos. Já temos uma correção. Então, fica inciso I, V, VIII e IX. E exclui-se o
709 inciso nº X. Em seguida nós temos no inciso I do art. 3º apenas a redefinição da
710 palavra estabelecimentos por empreendimentos, me parece também que é uma
711 correção superficial, mas que traz, digamos, ordem ao texto. Acho que isso
712 também não é motivo de votação, qualquer Conselheiro está aberto a qualquer
713 momento encaminhar nesse sentido. Mas acho que isso aqui é uma troca, é uma
714 mudança meramente para melhor entendimento. Uma correção. Bom, aí nós
715 temos o inciso I para ser retirado de pauta, do Ibama, que é animal de estimação.
716 Na verdade, eu não entendo, desculpa, aqui está um e um, Cabral. Você podia me
717 explicar?

718

719

720 **O SR. ROBERTO CABRAL BORGES (Ibama)** – Na parte de cima está
721 simplesmente uma questão de correção mesmo, que é estabelecimentos para
722 empreendimentos. E o parecer de retirada da pauta que foi consensuado entre
723 Ibama e a Abema, é que a definição de animal de estimação pare na parte de com
724 finalidade de companhia. Que está proposto ali.

725

726

727 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Entendi. Então,
728 a correção de empreendimentos está acatado. Agora temos aqui uma proposta do
729 Ibama que o texto do inciso I, na verdade, finalize na frase autorizada com
730 finalidade de companhia. O anterior, o outro texto original estava companhia,

731 terapia, auxílio aos portadores de necessidades especiais e lazer, que não se
732 confundem com exposição para visita pública. Na verdade, a proposta do
733 Ibama seria a finalização na palavra... Ibama e Abema. A finalização na palavra
734 companhia. Eu acho que isso é uma mudança de mérito, então, eu acho que tem
735 colocar em votação. Então, eu pediria, por gentileza, quem é favorável à nova
736 redação dada pelo Ibama e Abema para o inciso I, por favor, se manifeste. Quem
737 é contrário? Quem se abstém? Aprovado. Por favor gentileza, para a Secretaria do
738 Conama assumir a nova redação proposta pelo Ibama e a Abema, do novo inciso
739 I. ok? Bom, já lá no inciso III nós temos a inclusão das palavras ou comercial e
740 objeto de regulamentação específica. Então, um novo texto que me parece que é
741 consenso seria: criação amadorista de passeriformes, da fauna silvestre, atividade
742 e manutenção em cativeiro sem finalidade econômica ou comercial, a inclusão da
743 palavra ou comercial, de indivíduos das espécies de aves nativas, da ordem
744 passeriformes, objeto de regulamentação específica. Isso me parece que também
745 foi consenso, essa alteração, essa inclusão dessa frasezinha ou comercial de
746 objeto de regulamentação específica. Posso assumir o consenso e considerar
747 aprovado? Não havendo nenhuma manifestação vamos assumir, então, a nova
748 redação dada pelo consenso dos Conselheiros e Conselheiras do Conama. Bom,
749 a próxima alteração seria um novo inciso no inciso entre o inciso IX e o X, depois
750 nós teremos que numerar, se for aprovado, que seria a inclusão de: plataforma
751 nacional de compartilhamento e integração de dados e informações, ou plataforma
752 nacional: sistema de gestão de uso e manejo da fauna silvestre e fauna exótica,
753 instituído nos termos do art. 7º da Resolução Conama nº 487/2018. Há
754 necessidade de uma explicação para os senhores Conselheiros ou isso já está
755 claro? Não havendo necessidade de maiores esclarecimentos coloco em votação.
756 Quem é favorável à inclusão desse novo inciso que passaria a ser de inciso X e os
757 outros inciso seriam renumerados? Por gentileza, por favor, quem é favorável se
758 manifeste. Muito obrigado. Quem é contrário? Quem se abstém? Aprovado. Bom,
759 o inciso X passa a ser inciso XI, o inciso XI passa a ser inciso XXII e temos aí uma
760 nova, um novo pedido de retirada de pauta pela Mira Serra, que seria, na verdade,
761 substituição ao novo inciso que agora o XI passará a ser XII, que seria visita
762 monitorada: visita agendada, guiada por profissionais habilitados, sem finalidades
763 comercial, de caráter técnico, científico ou acadêmico, ou com caráter
764 educacional, e conforme programa previamente aprovado pelo órgão ambiental
765 competente. Quer dizer, há uma alteração de mérito substancial no texto, eu
766 entendo que isso deve ter sido discutido pelos senhores. Então, eu vou colocar em
767 votação. Quem é favorável a essa emenda apresentada pelo Mira Serra e Ibama.
768 Por gentileza, se manifeste. Quem é contrário? 1 voto contrário. Quem se abstém?
769 1, 2, 3, 4, 5, 6. 7 abstenções. Aprovado por maioria. Bom, esse inciso recebe uma
770 nova numeração, no capítulo 2 no art. 4º nós não temos nenhuma alteração. A
771 não ser lá no §4º do art. 4º que há a uma um novo proposta de introdução de um
772 novo parágrafo que seria com o seguinte texto: as atividades de criação científica
773 ou de criação conservacionista de fauna, a que se refere os inciso III e IV, não
774 poderão ter fins lucrativos. A proposta da Abema é manter o texto base, então
775 temos aí... Desculpe. É porque estão me boicotando, me porque entregam uma
776 coisa nova no computador e um texto... Aí vocês querem derrubar meu serviço,

777 estava indo bem, estava indo bem. Bom, mas é porque meu alcance visual, não
778 me permite. Mas tudo bem, é uma proposta de inclusão, eu retiro o que eu falei a
779 respeito da Abema e vamos colocar em votação. Quem é favorável a essa nova
780 redação, por gentileza, se manifeste. Redação que está em vermelho. Muito
781 obrigado. Quem é contrário? Quem se abstém? Aprovado com 1 abstenção.
782 Unanimidade. Bom, aí nós teríamos lá na proposta, bom, agora vou olhar para o
783 computador, lá no §2º o art. 5º que é uma proposta da Apromac e da Renctas, que
784 seria basicamente retirar: e demais providências de destinação. Pergunto, há
785 necessidade de alguma explicação a respeito disso por parte da proposta, do
786 proponente?

787

788

789 **O SR. ROBERTO CABRAL BORGES (Ibama) – Posso?**

790

791

792 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA) – Por gentileza, Dr. Cabral.**

793

794

795 **O SR. ROBERTO CABRAL BORGES (Ibama) –** Aí num consenso o Ibama e a
796 Abema, a nossa proposta é manter texto base: e demais providências, porque
797 nessa e demais providências dá o direito ao órgão ambiental de poder decidir a
798 destinação dos animais.

799

800

801 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Bom, então
802 temos aqui posições contrárias, eu vou pedir, por favor, a atenção dos senhores
803 Conselheiros, o texto base é o seguinte: a reprodução não intencional de
804 espécimes de que trata o caput deverá ser comunicada pelo proprietário na forma
805 e no prazo estabelecidos pelo órgão ambiental competente, com a comprovação
806 de ascendência para registro da Plataforma Nacional e demais providências de
807 destinação. A proposta da Apromac e da Renctas é suprimir e demais
808 providências de destinação. Então, foi vou encaminhar a votação da seguinte
809 forma: quem é favorável à manutenção do texto base, por gentileza, se manifeste.
810 Quem é contrário? Contrário? 3, 4 votos. 5 votos. Quem se abstém? 1 abstenção.
811 Então, fica mantido o texto base com a permanência de frase e demais
812 providências de destinação. No §4º tem a inclusão de dois termos. O proprietário
813 de animal da fauna silvestre. É uma correção material, que é proprietário de
814 animal silvestre, ou da fauna exótica, adquirido anteriormente à implementação de
815 certificado de origem, poderá registrar o seu animal na plataforma nacional
816 apresentando a nota fiscal ou no caso de transferência de propriedade do animal,
817 apresentando nota fiscal endossada acompanhada de termo de transferência. Eu
818 acredito que isso é uma correção, uma correção para um bom entendimento do
819 texto. Eu acho que a redação está muito mais apropriada, do meu ponto de vista,
820 acho que não seria necessário nós colocarmos em votação. Ok? Assumidas as
821 correções de inclusão da palavra da fauna e ou da fauna exótica. Bom, aí vamos
822 lá no capítulo 2, art. 8º inciso III, na verdade é uma troca de ou por e, parece uma

823 troca simples, mas, na verdade, ela altera o entendimento do texto. Então, o CNPJ
824 ou CPF, ou, quando couber, o número do Cadastro de Produtor Rural ou Inscrição
825 Estadual. Na verdade, nós estamos sugerindo, e é consenso, trocar ou, ou seja,
826 CNPJ ou CPF e, quer dizer, aditivamente, quando couber, o número do cadastro.
827 Me parece que isso também é consenso, preliminarmente não vejo necessidade
828 de colocar em colocação. Não havendo nenhuma manifestação dos senhores
829 Conselheiros, fica feita a correção de substituição do ou pelo e. Logo abaixo, no
830 inciso IV, nós temos comprovante de residência do requerente, e foi incluído,
831 emitido nos últimos 60 dias. A minha cola aqui apresenta que é um consenso, que
832 houve consenso na inclusão desse prazo de emissão de até 60 dias. Eu pergunto
833 aos senhores Conselheiros ou Conselheiras se há necessidade de votação, ou se
834 o consenso prevalece com relação a essa sugestão. Não havendo manifestação a
835 gente inclui, então, por consenso, emitido nos últimos 60 dias, aprovada a
836 sugestão. Então, dando segmento à proposta de Resolução, no art. 11, na
837 verdade, o art. 12, nós temos o texto base que seria: o criador ou comerciante ao
838 concluir a venda de animais de estimação deverá informá-la na Plataforma
839 Nacional de Compartilhamento, integração de dados e informações cadastrando a
840 nota fiscal do adquirente, ou no mínimo, o seu nome, CPF, CNPJ e endereço. Há
841 uma proposta de alteração com inclusão da respectiva nota fiscal, que seja: o
842 criador comerciante ao concluir a venda de animais de estimação deverá informar
843 à Plataforma Nacional de Compartilhamento Integração de Dados e Informação,
844 cadastrando na respectiva nota fiscal com no mínimo o nome, CPF, CNPJ e
845 endereço do adquirente. Então, na verdade, a proposta alternativa inclui
846 respectiva nota fiscal e endereço do adquirente. Eu vou colocar em votação.
847 Quem é favorável a essa nova posição ou a inclusão explícita da respectiva nota
848 fiscal e endereço do titular adquirente, por gentileza se manifeste. Quem for
849 favorável. Muito obrigado. Quem é contrário? Não havendo voto contrário, quem
850 se abstém? Aprovado por unanimidade. No §2º seguido aí do art. 12 há um novo
851 parágrafo proposto que seria a inclusão de um novo parágrafo, proposta da
852 Apromac e CNCG. Não será exigida autorização específica para o transporte
853 estadual ou interestadual quando se tratar de venda ao consumidor final, bastando
854 que o animal esteja acompanhado do certificado de origem, obtido por meio da
855 Plataforma Nacional de Compartilhamento Integração de Dados e Informações.
856 Então, o que eu entendo isso é uma inclusão de um novo parágrafo. E tem uma
857 versão aproximada, ou que trata também do mesmo assunto, na verdade, uma
858 exposição de motivos, seria importante agora porque como vamos ficar só como
859 um parágrafo, não é isso, Cabral? Então, outra proposta seria: para o transporte
860 em território nacional, quando se tratar de venda direta ao consumidor final, por
861 empreendimento comercial devidamente autorizado, o animal deverá estar
862 acompanhado de guia/documento, emitido gratuitamente pela Plataforma
863 Nacional, contendo no mínimo informações do animal, origem, destino e período
864 do transporte. Como a Apromac... Eu entendo que a Apromac e o Ibama mantêm
865 as suas posições eu pedira a gentileza, para esclarecer melhor ao Plenário se há
866 possibilidade de se fazer um...
867
868

869 **O SR. LUIZ PAULO DO AMARAL (RENTAS)** – *Eu queria retirar por parte da*
870 *Renctas. Eu acredito que o CNCG, o PROAM e a Apromac vai retirar.*

871

872

873 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por gentileza.
874 Ok? Então, na verdade, teríamos só a proposta, a segunda proposta do Ibama,
875 então, acho que teria... É só para registrar em ata. Eu posso registrar por vocês?
876 Estou registrando que a Renctas, a Apromac e a CNCG estão retirando de pauta a
877 proposta do novo artigo no §3º. Então, em votação, quem é favorável à proposição
878 feita pelo Ibama, que é o segundo §3º que vocês podem ler abaixo. Então, a gente
879 vai taxar, retirar de pauta. Quem é favorável a essa nova redação, por gentileza se
880 manifeste. Muito obrigado. Quem é contrário? Quem se abstém? Aprovado com 1
881 abstenção. Bom, teríamos também um novo parágrafo na mesma situação. A
882 Renctas, Apromac, e a CNCG fizeram a solicitação de introdução de um novo
883 parágrafo que é: enquanto não for implantada a Plataforma Nacional, em se
884 tratando de venda de animal silvestre ao consumidor final, para fins de transporte
885 estadual ou interestadual, o animal deverá ser acompanhado de nota fiscal,
886 emitida pelo criador comercial/comerciante, devidamente autorizada pelo órgão
887 ambiental estadual ou do Distrito Federal. Eu consulto às entidades proponentes,
888 novamente Apromac, Renctas e CNCG, mantêm a proposta ou vão retirar a
889 proposta? Ok? Então, registro para efeito de transcrição da ata que os
890 proponentes Renctas, Apromac e CNCG retiram a proposta de inclusão de um
891 nosso §4º. Aproveito para registrar a maturidade e a forma com que a gente está
892 conduzindo a provação dessa Resolução. Essa renúncia é extremamente
893 importante no momento que a gente precisa ter a proposta depois de tanto tempo
894 estudada, aprovada. Então, a proposta do Ibama seria enquanto não implantada a
895 Plataforma Nacional, em se tratando de venda direta ao consumidor final, por
896 empreendimento comercial devidamente autorizado para fins de transporte em
897 território nacional, o animal deverá estar acompanhado de nota fiscal e
898 autorização de transporte emitida pelo Órgão Ambiental Estadual do Distrito
899 Federal, da Unidade da Federação de origem do animal, passível de verificação
900 de autenticidade e registrada no Sistema de Gestão utilizado pelo órgão emissor.
901 Quem é favorável a essa nova redação, por favor, se manifeste. Quem e
902 contrário? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Eu só queria fazer um
903 registro, pode ser preciosismo da minha parte, mas para o Conama que quando
904 aparecer Órgão Ambiental Estadual, lembrar sempre que tem o Distrito Federal,
905 nesse caso aqui...

906

907

908 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Estadual e
909 Distrital sempre.

910

911

912 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Sempre
913 considerar que tem o distrital. Só porque quando eu li aqui, em algum momento eu
914 vi o distrital agora e não vi anteriormente, mas é só, talvez eu esteja com uma

915 preocupação exagerada. Bom, existe agora um art. 13, existe um parecer do
916 Governo de São Paulo, Minas Gerais, Renctas, Apromac e CNCG, na verdade,
917 pelo que entendi, seria a retirada de pauta, ou seria... Só mudança do que está em
918 vermelhinho que é a transferência e/ou o transporte de animal vivo, entre os
919 empreendimentos que trata essa Resolução, deverão observar as condições e
920 restrições estabelecidas pelos Órgãos Ambientais dos Estados ou do Distrito
921 Federal, de origem e destino. Seria a inclusão da palavra e/ou transporte. E
922 finalizando o texto, pelos Órgãos Ambientais dos Estados ou Distrito Federal, de
923 origem e destino. Então, quem é favorável a essas alterações, por gentileza se
924 manifeste. Quem é contrário? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Bom,
925 agora como a Adriana está me fazendo vermelhinho, bloquinho e tal, agora temos
926 um bloquinho. Emenda de Plenária e Abema. Teríamos que votar, pelo que
927 entendi, são associados, §2º, 3º e 4º e o outro proposta da Renctas § 1º, 2º e 3º.
928 Certo? Então, eu vou ler a proposta inicial que é do Ibama e Abema, que seria: os
929 dados e as informações do animal e da transferência deverão estar disponíveis na
930 Plataforma Nacional. § 2º: autorizada a transferência do animal entre os
931 empreendimentos de fauna em cativeiro pelos Órgãos Ambientais Estaduais ou do
932 Distrito Federal envolvidos, para o transporte em território nacional o
933 empreendedor deverá informar na Plataforma Nacional os dados relativos a data
934 do transporte e o trajeto a ser realizado. O interessado, § 3º: o interessado deverá
935 portar documentos emitidos gratuitamente pela Plataforma Nacional contendo as
936 informações de que trata os parágrafos anteriores. § 4º: enquanto não for
937 implantada a Plataforma Nacional o animal será transportado em território
938 nacional, acompanhado de autorização de transporte emitida pelo Órgão
939 Ambiental do Estado, pelo Órgão Ambiental do Estado, Distrito Federal está
940 faltando aqui. De origem mediante prévia anuência do Estado de destino, devendo
941 a transferência ser registrada nos Sistemas de Gestão de Fauna, adotados pelos
942 órgãos ambientais Estaduais, envolvidos e autorização de transporte permitir a
943 verificação de autenticidade. Eu vou pedir, por gentileza, o Cabral, ou algum da
944 Abema que fizesse a explicação da introdução desse bloco. Desse bloco de
945 parágrafos. Por favor, Maria Izabel, por gentileza. Depois a gente abre, se for o
946 caso, uma discussão a respeito do que está sendo proposto.

947
948

949 **A SRª. MARIA IZABEL SOARES GOMES DA SILVA (Ibama)** – Bom dia a todos.
950 Então, a gente fez essa correção desses parágrafos desse artigo para deixar clara
951 a questão da importância de ter um documento para registrar o transporte dos
952 animais na Plataforma Nacional, além do que, também seria importante, dentro da
953 redação que não tinha ficado clara anteriormente, todo o registro de trajetos do
954 espécime, a data do transporte, enfim, todas essas questões estarem bem claras
955 no texto. A gente só pede uma pequena correção no § 3º: o interessado deverá
956 portar documento, no singular, emitido gratuitamente pela Plataforma Nacional.
957 Então, enfim, o cerne da alteração, o cerne da proposto que a gente está
958 colocando aqui é para destacar essa importância de ter as informações do
959 espécime transportadas na Plataforma Nacional, bem como as informações de
960 origem, destino e trajeto.

961 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Também
962 inclusão aqui pelo Órgão Ambiental do Estado e acrescentar. E do Distrito
963 Federal.

964

965

966 **A SR^a. MARIA IZABEL SOARES GOMES DA SILVA (Ibama)** – Sim.

967

968

969 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom alguém
970 queria fazer algum contraditório, ou algum esclarecimento? Porque o outro bloco
971 confronta com esse bloco. Se nós aprovarmos o primeiro bloco com a sugestão
972 feita pelo Ibama, automaticamente nós estaríamos discutindo a segunda proposta
973 que é da Renctas, da Apromac e da CNCG. Eu, por questão de coerência na
974 condução eu vou ler a segunda proposta para que as pessoas possam
975 eventualmente ter algum...

976

977

978 **O SR. LUIZ PAULO DO AMARAL (RENCTAS)** – *Deusdará a gente vai retirar de*
979 *qualquer forma. Se quiser suprimir a Apromac e o CNCG também.*

980

981

982 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.
983 Então, eu registro... Zilda. Zuleika, desculpa. Perdão, acertei no Z. então, eu vou
984 registrar do ponto de vista de transcrição que a proposta, o segundo bloco do
985 proposições de parágrafos apresentados pela Renctas, Apromac e CNCG, foi
986 solicitado retirada de pauta. Então, estamos em votação. Quem é favorável a esse
987 novo bloco de parágrafos apresentados pelo Ibama e pela Abema, por gentileza,
988 se manifeste. Muito obrigado. Quem é contrário? Quem se abstém. 1 abstenção.
989 Aprovado por ampla maioria. Bom, temos a inclusão de um novo artigo que seria
990 para as categorias previstas nos inciso I e IV e VI do art. 4º, o transporte animal
991 abatido de suas partes, produtos ou subprodutos deverá ser informado na
992 Plataforma Nacional, cadastrando a respectiva nota fiscal. Isso é uma solução, eu
993 entendo que é uma proposta de introdução de um novo artigo. Alguém tem algum
994 comentário? Não havendo nenhum comentário eu vou colocar em votação. Quem
995 é favorável à introdução desse novo artigo, por favor, se manifeste. Quem é
996 contrário? Quem se abstém? Aprovado pela maioria com 3 abstenções. Bom, o
997 capítulo 4, ok, não temos nenhuma introdução. No capítulo 5 nós temos aí a
998 exclusão do art. 17, me parece que essa é a proposta do Governo de São Paulo,
999 Minas Gerais, Distrito Federal, Renctas, CNCG, Ibama para retirada de pauta.
1000 Exclusão do art. 17. Eu vou ler o art. 17 para que as pessoas tenham maior
1001 esclarecimento a respeito do que contém. 17 e Parágrafo Único. Retirada de todos
1002 os dois. A comprovação da origem regular por meio da Plataforma Nacional de
1003 Compartilhamento e Integração de dados e informações, será utilizado para o
1004 transporte estadual ou interestadual do animal, de suas partes, produtos ou
1005 subprodutos. Parágrafo Único: enquanto não for implantada a Plataforma Nacional
1006 os animais serão transportados acompanhados de autorização de transporte

1007 emitida pelo Órgão Ambiental competente, nos termos da Lei Complementar 140
1008 de 08 de dezembro de 2011. Então, a proposta seria a exclusão do capítulo das
1009 disposição finais do art. 17 e seus Parágrafo Único. Alguém quer apresentar
1010 algum esclarecimento? Não havendo necessidade, em votação. Quem é favorável
1011 à exclusão do texto básico, do texto base do art. 17 e seu Parágrafo Único, por
1012 gentileza se manifeste. Quem é contrário? Quem se abstém? Aprovado por ampla
1013 maioria com 1 abstenção. Por final nós temos aí no art. 19, um consenso,
1014 apontado como consenso, a introdução de um § 1º e do § 2º, que seria o seguinte
1015 texto: o empreendimento que ofertar animal pela rede mundial de computadores,
1016 caso o não faça em seu próprio sítio, deverá informar no anúncio o link que remeta
1017 ao seu respectivo sítio. E do § 2º: a oferta eventual por pessoa física, proprietária
1018 do animal na rede mundial de computadores deverá informar obrigatoriamente o
1019 CNPJ do empreendimento que emitiu a nota fiscal, com seu respectivo número,
1020 marcação do animal silvestre e certificação de origem, quando for o caso. Para
1021 mim foi apontado como consenso, se não há nenhuma necessidade de
1022 esclarecimento, em votação. Quem é favorável à inclusão do § 1º e do § 2º do art.
1023 19 do texto base, por favor, se manifeste. Quem é contrário? Quem se abstém?
1024 Aprovado com 2 abstenções. Com ampla maioria. Bom, nós temos aqui uma
1025 sugestão da mesa, uma alteração dessa Resolução. Desculpa, gente. Finalizamos
1026 a proposta. Temos a oportunidade de algumas manifestações. Parabenizo a todos
1027 os senhores pela aprovação da Resolução e eu vou dar a palavra tecnicamente
1028 porque tem, algumas pessoas vão, por favor, o Aladim depois, o Marcelino pelo
1029 ICMBio. Bom gente, parabéns.

1030

1031

1032 *(Palmas!)*

1033

1034

1035 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Obrigado, Presidente.
1036 Eu só queria chamar atenção, que me pareceu na votação que talvez tenha
1037 aprovado dois dispositivos semelhantes com relação ao transporte de fauna
1038 enquanto não é implementado a plataforma. Eu ia sugerir apenas que se de fato
1039 isso ocorreu, que autorizasse a nossa jurídica a fazer esse ajuste, porque assim,
1040 parece que autorizou dois dispositivos semelhantes. É a impressão que eu tive na
1041 hora que a gente correu o texto, mas eu não consegui me deter.

1042

1043

1044 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Mas você
1045 consegue identificar no texto onde isso aconteceu?

1046

1047

1048 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Se não me engano, a
1049 gente autorizou uma fórmula de autorizar o transporte em interestadual enquanto
1050 não tem a plataforma, e me parece que foi a primeira que a gente autorizou, e me
1051 parece que logo em seguida a gente autorizou o mesmo texto.

1052

1053 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Você me
1054 desculpe, já que nós estamos com tempo, razoável tempo, seria bom que a gente
1055 já visse isso para evitar alterações pela Câmara Jurídica depois de ter passado
1056 pelo Plenário.

1057

1058

1059 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Se há em diferença,
1060 porque eu não percebi a diferença na leitura corrida, se [é uma diferença...

1061

1062

1063 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Marcelo,
1064 acho que é importante o que o Deusdará está falando porque isso é um conteúdo
1065 de mérito, aí a Conjur não vai ter competência de alterar eventualmente. É melhor
1066 ver agora.

1067

1068

1069 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – A gente foi tão
1070 eficiente na votação que é interessante que a gente deixe isso esclarecido para
1071 não gerar precedentes que a Conjur possa mexer após a aprovação do Plenário.
1072 Por favor.

1073

1074

1075 **A SR^a. ELAINE MIRELA LOURENÇO (SMA/SP)** – Mirela, São Paulo. Tem
1076 diferença no art. 12 e 13, na regra de transição, porque uma trata de transferência,
1077 regra de transição de transferência de animais entre empreendimentos de
1078 cativeiro, tem um processo utilizado hoje em função dos sistemas que já são
1079 utilizados. Então, e o artigo, desculpe, esse é o art. 13, o art. 12 é venda direta ao
1080 consumidor final, é que há essa diferença de texto, é muito sutil mesmo em função
1081 das ferramentas utilizadas hoje. Então, necessitaria esse texto mais claro para a
1082 gente não ter problema e não parar as transferências de animais enquanto a gente
1083 não definir as regras da plataforma. Então, parece que são iguais, mas, na
1084 verdade, o detalhe é em função dos sistemas utilizados hoje.

1085

1086

1087 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – O Sidarta está
1088 me apontando aqui que na essência um trata de venda de animais de estimação e
1089 o outro trata de transferência de animais vivos entre empreendimentos. Então, eu
1090 acho que isso está esclarecido. A gente, na verdade, fico muito tranquilo com essa
1091 posição porque a gente, na verdade não abre precedente para que algo já
1092 aprovado possa ser... Vir a ser alterado após o Plenário. Bom, está inscrito o
1093 Aladim, o nosso companheiro da Abema. Por gentileza, com a palavra.

1094

1095

1096 **O SR. ALADIM FERNANDO CERQUEIRA (Abema)** – Bom dia a todos. Eu quero,
1097 Deusdará, primeiramente manifestar a forma da votação nasceu do diálogo.
1098 Certo? Que nós viemos fazendo há um bom tempo com o Ministério, quero

1099 agradecer muito, inclusive, ao Ministro a abertura e a forma, a Sueli, do Ibama,
1100 como nós construímos o que nós aprovamos aqui hoje. Foi motivo de muito
1101 trabalho. Certo? Eu quero chamar atenção pelo trabalho que nós estamos fazendo
1102 em relação a 3/90, nós já nos aproximamos muito de uma evolução em função de
1103 demanda que a sociedade, inclusive a sociedade civil tem, eu acho que nós
1104 estamos muito próximos de chegar a um consenso, muito diálogo foi feito. E nós
1105 estabelecemos, aí eu queria assim, em respeito a esse diálogo que fizemos, e a
1106 proposta que nós nos colocamos aqui, de toda a pauta nós temos este ano de
1107 2018, temos 4 Resoluções ainda em de andamento que nós ainda chamemos
1108 uma extraordinário. Nós estamos com o Po do Proconve praticamente aprovado,
1109 mais 3 Resoluções no última reunião do Conama vai ser uma pauta muito grande.
1110 Então, nós solicitamos que o Ministério atenda ao nosso pleito de mais uma
1111 extraordinária agora no final de outubro, acho que nós temos tempo para isso e
1112 um tempo, inclusive de diálogo para a gente convidar as ONGs a participarem
1113 dessa evolução que nós estamos trazendo. E usar esse tempo para isso, mas que
1114 a gente garanta a extraordinária ainda antes da reunião final.

1115
1116

1117 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
1118 Aladim. Há um entendimento por parte do Ministério, Ibama e todas as partes
1119 envolvidas, que haveria sim a possibilidade de nós termos a extraordinária com o
1120 foco na P8 do Proconve, e na 03. A data indicativa seria 30 e 31 de outubro. Até
1121 para que a gente em novembro, vai ser uma reunião bem robusta, espero, até
1122 para poupar um pouco da minha saúde é possível já ir resolvendo as coisas
1123 quanto mais rápido possível. Então, essa é a sinalização que eu recebi do
1124 Ministro, que seria a data de 30 e 31, com foco na 03, se superarmos alguns
1125 problemas que ainda persistem e na P8, pelo que fui informado do Proconve.
1126 Bom, não havendo mais nenhuma inscrição eu queria de novo ressaltar que essa
1127 é a riqueza do Conama, nós somos diferentes, isso nos faz diferentes, mas que
1128 nós todos temos um objetivo comum que é sempre estar defendendo a
1129 conservação e a preservação do nosso meio ambiente urbano e rural. Muito
1130 obrigado, eu desejo àqueles que vão viajar uma boa viagem e efetivamente depois
1131 o Conama vai entrar em contato confirmando essas datas já que novamente nós
1132 vamos estar no período pós eleitoral aí que acho que dia 28 tem um segundo
1133 turno. Adriana, quer finalizar?

1134
1135

1136 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Queria
1137 finalizar chamando atenção então desse indicativo de data, 30 e 31 de outubro,
1138 seria uma outra Reunião Extraordinária, o que significa que para os pareceres que
1139 têm que vir de retirada de pauta o prazo para a entrega desse parecer é 5 dias
1140 úteis antes dessa data e já sinalizando que a gente deve chamar uma reunião de
1141 pareceristas para continuar afinando do diálogo sobre a 03/90, da mesma maneira
1142 que fizemos com a questão toda de fauna.

1143
1144

1145 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom senhores,
1146 então, boa viagem, muito obrigado e que Deus abençoe a todos. Muito obrigado,
1147 gente.